



AMAPAR INFORMA

Nº 05 - Outubro 2018

14 novos juízes substitutos empossados tornam-se associados à AMAPAR

Pág. 4



Saiba mais sobre o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas do TJPR



Pág. 2

Inscreva-se para a temporada Guaratuba 2018/2019

Pág. 6

II Encontro de Magistrados da Infância e Juventude é realizado pela AMAPAR em Guaratuba

Pág. 7

Sucesso junto à comunidade, projeto Justiça no Bairro realiza mais de 200 mil atendimentos em 2018



TJPR instituí Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas

A ferramenta visa auxiliar no gerenciamento das chamadas ações de massa e coibir a possível utilização do Poder Judiciário para fins ilícitos

O Poder Judiciário paranaense passou a contar, neste ano, com o trabalho desenvolvido pela equipe do Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas (NUMOPEDE), vinculado ao gabinete do corregedor-geral da Justiça do TJPR, desembargador Rogério Kanayama. A iniciativa é nacional. Em 2017, sob a coordenação de juizes da Corregedoria-Geral da Justiça de São Paulo, ocorreu a primeira reunião de trabalho para o desenvolvimento do NUMOPEDE Nacional, oportunidade em que houve a apresentação do projeto e se convencionou criar uma rede entre as Corregedorias. Nessa linha, inspirada no modelo do TJSP, foi proposta, e aprovada pela presidência do TJPR, a criação de núcleo semelhante no âmbito do Tribunal paranaense.

O corregedor-geral, desembargador Rogério Kanayama, explica que o Núcleo tem o papel de colaborar com os magistrados e orientá-los no tratamento das ações de massa, contextualizando os fatos, adiantando tendências e apresentando soluções de gerenciamento processual. “O trabalho do Núcleo também visa a evitar que o Poder Judiciário seja utilizado como instrumento de ganhos ilícitos, identificando entre as ações de massa aquelas que podem caracterizar simulação de Direi-

tos”, ressaltou o magistrado.

Em síntese, o NUMOPEDE trabalha com duas vertentes: controle das distribuições dos processos, no qual conta com a parceria do NEMOC, e a análise de fatos informados pelos magistrados. No controle das distribuições, o NEMOC acompanha, periodicamente, a quantidade de ações distribuídas nas comarcas de todo o estado, e quando identifica o crescimento, em tempo curto, de ações com pedidos ou partes similares, comunica o fato ao NUMOPEDE. O Núcleo, por sua vez, elabora estudos sobre os fatores sociais, econômicos e jurídicos que desencadearam o aumento abrupto dessas ações e propõe medidas de enfrentamento adequadas ao caso.

“O Núcleo tem a função de reunir informações sobre a distribuição de ações, perfis de demanda e ações predatórias, com a finalidade de aprimorar a prestação jurisdicional do Estado do Paraná”

Desembargador Rogério Kanayama

O mesmo estudo é desenvolvido se um magistrado encaminha, pelo mensageiro NUMOPEDE, informações sobre evento processual que considere fora dos padrões normais.

O corregedor-geral destaca que, muitas vezes o juiz se depara com indicativos de um novo comportamento social, que pode levar ao aumento da demanda do Poder Judiciário, ou, ainda, com eventuais fraudes, mas não tem certeza se esses acontecimentos são isolados. “É difícil para o magistrado, limitado aos dados de sua unidade judiciária e ocupado com a carga de trabalho, analisar a fundo esses fatores. Daí a atuação do NUMOPEDE, que tem a incumbência de receber essas informações, catalogá-las, estudar os processos e os levantamentos estatísticos para, então, elaborar relatórios e sugerir soluções aos juizes”, esclareceu.

Kanayama também ressaltou a importância que todos os magistrados paranaenses comuniquem ao Núcleo se observarem algo na sua unidade judiciária que foge da normalidade. O corregedor ainda explica que o NUMOPEDE também tem como objetivo disseminar boas práticas diante das situações predatórias pois, por vezes, um magistrado encontra solução para um problema que se repete em outros juizes e essa ideia deve ser levada ao conhecimento de todos.

Programa Justiça no Bairro realiza mais de 200 mil atendimentos em 2018

Coordenado pela desembargadora Joeci Machado Camargo, o projeto, segue como uma iniciativa de sucesso do Judiciário paranaense junto à comunidade



casamento coletivo

Há quinze anos, na Rua da Cidadania do Bairro Novo, dava-se início ao projeto Justiça no Bairro, programa de responsabilidade social desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Paraná, que tem por objetivo democratizar a justiça, oferecendo à população de baixa renda atendimentos jurídicos e atividades jurisdicionais descentralizadas. Desde a sua primeira ação, o programa ganhou força junto à comunidade permanecendo ativo e ampliando suas atividades ao longo dos anos. Segundo a desembargadora e idealizadora do projeto, Joeci Machado Camargo, só neste ano o programa já passou por cerca de 65 municípios, efetivando mais de 200 mil atendimentos.

A realização do trabalho conta com a participação do Poder Público, entidades privadas, profissionais voluntários, estudantes, e com outras parcerias visando oferecer um trabalho efetivo às famílias

vulneráveis que encontram dificuldades para terem acesso à justiça. Com relação as parcerias do projeto, a desembargadora ressaltou: “Um dos

“Fazer justiça com amor e oferecer uma célere prestação jurisdicional são os propósitos do projeto Justiça no Bairro”

Desembargadora Joeci Machado Camargo

pontos altos é a participação dos Cartórios do registro Civil, proporcionando o casamento coletivo que é organizado e estruturado pelo parceiro SESC/SENAC- Sistema Fecomércio”.

O trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Conciliação das Varas de Família também é destacado pela magistrada, como um avanço vanguardista, que se enquadra no texto legal do Código de Processo Civil de 2015, “facilitando de tal forma a continuidade de um trabalho ímpar, com implantação de oficinas que asseguram a melhor entrega da prestação jurisdicional”, afirmou Joeci.

Em entrevista à AMAPAR, Joeci Machado Camargo também falou a respeito das expectativas do projeto para o próximo ano, destacando a nova frente de trabalho do Justiça no Bairro: “equacionar as dificuldades para a usucapião coletivo e levar dignidade na área rural às famílias detentoras de posse de pequena propriedade”. A desembargadora resalta que fazer justiça com amor e oferecer uma célere prestação jurisdicional são os propósitos do projeto Justiça no Bairro.

AMAPAR Recebe os 14 novos juízes substitutos como associados

Com orientações valiosas passadas pelos diretores da AMAPAR, os 14 juízes e juízas empossados pelo TJPR estiveram na sexta-feira (31) na sede administrativa. No encontro, realizado no âmbito do curso de formação elaborado pela Escola da Magistratura do Paraná, os novos magistrados conversaram com membros da Diretoria sobre relacionamento com jurisdicionados, promotores de justiça e advogados, valorização da comarca, condução e procedimento nos júris e audiências, previdência, uso de redes sociais, contato com a imprensa, importância do associativismo e demais questões que vivenciarão no cotidiano forense.

PRIMEIROS DIAS - As primeiras audiências, sentenças, júris, atendimento às partes e a importância de manter a amizade com colegas da magistratura que trabalham na região foram temas abordados pelo juiz Marcel Ferreira dos Santos, que atua em Maringá e na AMAPAR faz parte da diretoria legislativa. Foram ressaltados alguns pontos que facilitarão o andamento da carreira, além de orientar na condução das primeiras audiências e júris. “Ter uma agenda também ajuda. É extremamente importante, assim como abrir diariamente o Mensageiro”, alertou.



Coube ao presidente da AMAPAR, Geraldo Dutra de Andrade Neto, dar as boas-vindas aos novos associados. “Essa é a casa de vocês, a AMAPAR sempre auxiliará a todos naquilo que estiver ao nosso alcance”, pontuou. Geraldo Dutra explicou que a ideia do encontro não era

Vice-presidente da AMAPAR, a juíza de União da Vitória, Jeane Carla Furlan, abordou a questão da necessidade de planejamento, na gestão da vara e do gabinete. “Temos muito trabalho e pouco tempo para fazermos o planejamento. Principalmente no início, quando fazemos muitas audiências. Por isso, é bem importante estabelecer diálogo constante com a assessoria”, lembrou, além de direcionar algumas dicas às novas magistradas.

COMUNIDADE - Um ponto que mereceu comentários reiterados da diretoria da AMA-

positiva, mas um bate-papo, com a oportunidade de terem contato com vários magistrados e receber o apoio da AMAPAR no início de suas carreiras. “É algo que nos satisfaz e nos orgulha receber todos os 14 novos juízes substitutos como associados da AMAPAR”, afirmou.

PAR diz respeito à valorização das comarcas e dos municípios. Julgamentos no Tribunal do Júri, como lembrou o diretor de apoio e valorização, Jederson Suzin, são bons momentos para que o juiz estabeleça boa relação social, na condição de autoridade. “As senhoras e os senhores estão sendo esperados nas comarcas. Todos estão indo para fazer a diferença, se integrem à comunidade”, recomendou. Jederson, com quase 22 anos de carreira, também falou da importância de sempre recepcionar os advogados, sem descuidar do cargo. “Nosso papel é decidir”.

CONDUTA - Demais assuntos que demandaram atenção foram a conduta social, o uso de redes sociais e a imprensa. O presidente Geraldo Dutra recomendou cautela e discrição. O magistrado Jailton Tontini, membro da diretoria de apoio e valorização, também lembrou que todos os novos juízes, diante da difícil etapa que foi o concurso, estão preparados e alertou sobre o uso de redes sociais, como o Facebook. “Em cinco minutos a cidade inteira está sabendo [os fatos]”. O juiz Diego dos Santos Teixeira, diretor de assuntos institucionais, falou um pouco sobre a importância do associativismo, ao ressaltar que a AMAPAR não é apenas o conjunto de sedes. “O associativismo é a nossa riqueza institucional”. Ratificou a opinião dos colegas diretores sobre as redes sociais e imagem na comunidade. “É muito difícil dissociar a figura pública de juiz da figura pessoal. Temos uma profissão de representação de poder”.

ORÇAMENTO PÚBLICO - As responsabilidades do magistrado também estão relacionadas ao orçamento do município, como lembrou o juiz Guilherme de Paula Rezende, que atua na 4ª vara da fazenda pública da capital. “Tomem cuidado. Uma decisão pode colocar em colapso o orçamento de um município”, ao lembrar do interesse público, impacto orçamentário e direito das partes envolvidas.

PREVIDÊNCIA - Marcos Antônio da Cunha Araújo, diretor de assuntos previdenciários, alertou sobre o atual momento, com possíveis alterações na previdência social e orientações quanto ao regime privado. “A

reforma anunciada, querendo ou não, cedo ou tarde, vai nos atingir. As associações como a AMAPAR e a AMB, estão alinhadas e atentas”, disse.

JUDICEMED - Vice-presidente da JUDICEMED, Luciano Carrasco lembrou que o plano de autogestão em saúde da magistratura paranaense está entre os melhores do país – questão comprovada com os prêmios anuais recebidos pela ANS. “Vocês entram no plano tendo a estrutura de contarem com campanhas anuais de vacinação no interior. Nós vamos até vocês. Serviço de assistência social, para apoio na questão de falecimento e não temos carência”. Ratificou a opinião dos demais diretores, para que a magistratura, no início, aproveite a passagem pela comarca.

NACIONAL- Também presente no encontro, o 10 secretário da AMAPAR, Márcio Tokars, falou do trabalho na ambiente político, sobretudo no Legislativo, além de explicar a atuação da AMB. Lembrou da boa relação que a AMAPAR construiu com os conselheiros do CNJ. “É um trabalho de bastante cautela, de bastidores. A filosofia é o apoio incondicional ao magistrado”.

DEFESA JURÍDICA - Representante do escritório de advocacia René Dotti, que presta atendimento jurídico aos associados da AMAPAR, o advogado Francisco Zardo foi convidado para o encontro com o objetivo de explicar quais são os principais casos atendidos, como a instauração de processos administrativos e disciplinares.

Novos juízes

Amanda Cristina Lam

Ana Paula Gadelha Mendonça

Carolina Valiati da Rosa

Cristiane Dias Bonfim

Daniela Franco Reis e Silva

Elvis Nivaldo dos Santos Pavan

Fernando Porcino Gonçalves Pereira

Maria Luiza Mourthé de Alvim Andrade

Murilo Conehero Ghizzi

Natalia Calegari Evangelista

Raffael Antonio Luzia Vizzotto

Wesley Porfirio Borel

Gustavo Daniel Marchini

William George Nichele Figueroa

Por Rômulo Cardoso

Inscrições para temporada Guaratuba 2018/2019 estão abertas

Todos os associados interessados em desfrutar da Colônia de Férias de Guaratuba na temporada de verão, podem fazer suas inscrições, por meio do site da AMAPAR, até o dia 31 de outubro. O sorteio dos apartamentos será realizado em ato público, no dia 6 de novembro, às 10 horas, na sede da AMAPAR. Os associados inscritos, receberão via e-mail a confirmação de recebimento de sua inscri-

OBSERVAÇÕES:

1. Desistências, depois de definido o sorteio, deverão ser comunicadas por escrito (via e-mail) em até quize dias antes do início do período, sob pena de pagamento do valor total do período, salvo casos de força maior, devidamente comprovados, e mediante apreciação da diretoria.

2. O horário de entrada nos apartamentos é a partir das 15 horas e a desocupação impreterivelmente, até as 10 horas.

3. A cópia do Regulamento poderá ser obtida através do site AMAPAR (www.amapar.com.br).

4. O uso das piscinas, sob fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde (Dec. Estadual nº 3.641/77) só será permitido mediante apresentação de exame médico (Ex: carteirinha do seu clube).

5. Lembramos que é proibido receber convidados não inscri-

ção. Aqueles que por ventura não receberem a confirmação no prazo de 5 dias úteis, deverão entrar em contato com Stephanie (setor de reservas) pelo e-mail reservas@amapar.com.br ou pelo telefone (41) 3017-1623. As inscrições devem ser feitas por meio do link: <http://www.amapar.com.br/eventos/item/temporada-guaratuba-2018-2019.html> Cada associado terá direito a um único período, porém, caso

tos para desfrutarem da área de lazer, que é restrita e exclusiva aos associados e convidados previamente inscritos.

6. A taxa de ocupação é de R\$140,00, a diária. Em caso de dúvida consulte AMAPAR, fone (41) 3017-1623, com Stephanie.

7. Cada associado poderá concorrer ao sorteio de um único apartamento por período, ressalvada a possibilidade de participar do sorteio de outro período no caso de existência de vagas.

8. Durante a temporada o restaurante será atendido pela mesma equipe da temporada anterior, sendo que, as despesas deverão ser pagas diretamente no caixa do restaurante.

9. Os apartamentos térreos (ala nova, nº 01 a 06) serão destinados, preferencialmente, para pessoas idosas ou com necessidades especiais, cuja observação que deverá constar, obrigatoriamente,

haja interesse em participar de mais de um, deverá então indicar uma segunda opção constante do formulário, podendo, nesse caso, participar novamente do sorteio desde que haja vaga no período escolhido como segunda opção. Não serão consideradas mais de duas opções. Servirá a segunda opção, eventualmente, como única opção caso o associado não seja sorteado para a primeira opção escolhida.

na ficha de inscrição, sendo o nº 6 exclusivo para pessoas com necessidades especiais.

10. Não será permitido o acesso de animais de estimação nas dependências da sede.

PERÍODOS

- 1º Período - De 20/12 a 27/12
- 2º Período - De 27/12 a 03/01
- 3º Período - De 03/01 a 10/01
- 4º Período - De 10/01 a 17/01
- 5º Período - De 17/01 a 24/01
- 6º Período - De 24/01 a 31/01
- 7º Período - De 31/01 a 07/02
- 8º Período - De 07/02 a 14/02
- 9º Período - De 14/02 a 21/02
- 10º Período - De 21/02 a 28/02
- 11º Período - De 28/02 a 07/03

AMAPAR promove II Encontro de Magistrados da Infância e Juventude em Guaratuba

O II Encontro de Magistrados da Infância e Juventude, realizado pela AMAPAR na sede de Guaratuba, promoveu a magistratura paranaense em uma das mais sensíveis áreas da Justiça.

Com foco em temas atuais e formato inovador de debates, a magistratura paranaense pôde, além da tradicional troca de experiências proporcionada pela AMAPAR, discutir não apenas temas jurídicos, com a produção de enunciados, mas questões administrativas e encaminhar deliberações ao TJPR.

Segundo o presidente da AMAPAR, Geraldo Dutra de Andrade Neto, o encontro, realizado em parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), por meio do Consij, e com a Escola da Magistratura do Paraná (EMAP), é um marco porque também inaugura os trabalhos da Comissão Permanente de Estudos em Direito de Família e Infância e Juventude da AMAPAR, criada nesta gestão e presidida pela desembargadora Ivanise Maria Tratz Martins. “Que tem por objetivo aprofundar os estudos em áreas tão importantes do Direito”, explica.

Ao participar do encontro, a desembargadora Ivanise Tratz Martins ressalta a oportunidade de magistradas e magistrados debaterem questões polêmicas, alterações legislativas e, ainda, troca de experiências, com vistas à uniformização e agilização de procedimentos e uniformização de enten-

dimentos na área, sempre a priorizar o melhor interesse da criança e do adolescente.

“Ao final, em plenária, com a presença da desembargadora Lídia Maejima, desembargador José Laurindo de Souza Netto e desembargador Ruy Mugiaty, foi aprovado expressivo número de conclusões consubstanciadas em recomendações e fluxos procedimentais, tanto na área protetiva como na área infracional, estabelecimento de

“A efetivação do princípio da proteção integral busca a garantia e efetividade de todos os direitos inerentes a criança e ao adolescente, para que possam desfrutar de uma infância e juventude com dignidade”

desembargador

José Laurindo de Souza

metas, assim como meios de agilização dos processos, no 1º e 2º graus, notadamente naquelas que há acolhimento institucional de crianças, para que estas possam, no menor tempo possível, retornar às suas famílias ou serem adotadas por famílias habilitadas no cadastro nacional”, explica.

Diretor-geral da EMAP, o desembargador José Laurindo de

Souza Netto, comentou que o objetivo atingido com encontros está em implementar a proteção integral garantidas às crianças e aos adolescentes, ao reunir um corpo de juristas e profissionais de qualidade. “A efetivação do princípio da proteção integral busca a garantia e efetividade de todos os direitos inerentes a criança e ao adolescente, para que possam desfrutar de uma infância e juventude com dignidade.” Foi com essa finalidade que a AMAPAR e EMAP realizaram um verdadeiro curso de imersão para os magistrados que atuam na tutela da Infância e Juventude. Tenho plena convicção do sucesso do Encontro e muito em breve poderemos vislumbrar os frutos desse acontecimento”, aponta.

A magistrada Noeli Reback, diretora da AMAPAR em Ponta Grossa e organizadora do evento também pelo Consij, com mais de 16 anos de atuação na Infância e Juventude, destacou a intensidade dos debates. Ela conta que o encontro possibilitou colher deliberações administrativas, mas também a realização de enunciados socioeducativos, em áreas como a dos adolescentes em conflito com a lei e de medidas protetivas. “O Encontro é um marco, pois teve metodologia diferenciada, com debates e deliberações consequentes às plenárias. O resultado alcançado em dois dias foi muito maior do que esperávamos”, afirma a juíza Noeli Reback.

Por Rômulo Cardoso

- **CONFECÇÃO DE OFÍCIOS**
Conforme Código de Normas da CGJ
- **AVALIAÇÃO SEM ÔNUS AO PROCESSO**
- **REMOÇÃO E ARMAZENAGEM DE BENS MÓVEIS**
- **LEILÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO**
Conforme Res. 236 do CNJ
- **PUBLICAÇÃO DE EDITAL**
- **RECOLHIMENTO DE VEÍCULOS EM PÁTIOS**
- **AMPLA DIVULGAÇÃO**

Atendimento a :
Varas Criminais, Cíveis, de Fazenda Pública, Vara de Família e Sucessões, Militar,
Juizados Especiais e da Infância e Juventude.



helcio@kronberg.com.br
(41) 99886-1400
Rua Padre Anchieta 2540 | Sala 401 | 4º andar
Champagnat Office | Curitiba | PR
Tel (41) 3233-1077



www.hkleiloes.com.br

projudi: hk.per | cpf 085187848-24 | Matrícula Jucepar 653 | e-proc: perpr 085187

EXPEDIENTE

Editora-chefe: Jéssica Camille Alves Mariano
Reportagem: Jéssica Camille Alves Mariano, Talita Marchiori
Diagramação: Talita Marchiori

Para indicação de pautas e outras
sugestões, entrar em contato através
do e-mail: imprensa2@amapar.com.br
Site: <http://www.amapar.com.br/>
Telefone: (041) 3017-1638

Esse conteúdo representa a opinião da Associação
dos Magistrados do Paraná e foi aprovado
pelo presidente da instituição.

REMETENTE

**PARA USO
DOS CORREIOS**

**Associação dos
Magistrados do Paraná
Rua Alberto Folloni, 541
Curitiba - PR
CEP 80540-000
Fone: 41 3017-1623
Fax: 41 3017-1607**